ENTRE COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E MERCADO: UMA VISÃO CRÍTICA DA BNCC

Fernando Silva de Jesus (Unifesp - fernando.jesus@unifesp.br)
Karen Azurza (USP - karenazurza@usp.br)
Vanderlan da Silva Soares (Unifesp - vanderlan.soares@unifesp.br)

Eixo temático 01: Fundamentos Teóricos da Educação

Resumo

O texto apresenta uma análise crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017 e consolidada em um contexto político marcado pelo processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e pela ascensão do governo de Michel Temer. Parte-se da hipótese de que a BNCC contribui para a formação de sujeitos alinhados à racionalidade neoliberal ao priorizar o desenvolvimento de competências e habilidades associadas à resiliência, flexibilidade, empreendedorismo e educação financeira. Nessa perspectiva, o documento tende a reforçar valores individualistas e competitivos, deslocando para o indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de sua trajetória escolar e profissional, ao mesmo tempo em que enfraquece concepções coletivas de participação social e transformação da realidade.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Empreendedorismo, neoliberalismo. Educação.

1. Introdução

Uma das definições muito difundidas acerca do neoliberalismo é a sua rotulação como uma teoria econômica. Esse motivo, deve-se em especial, por esse sistema ser amplamente estudado no campo da Economia. Entretanto, o sistema neoliberal excede sua ação dentro do campo econômico, da esfera governamental e afeta até mesmo, as relações entre os indivíduos, à medida que procura moldar uma forma de pensar e de agir. A essa forma de pensar e agir Dardot e Laval (2016) vão denominar de racionalidade neoliberal.

> [...] “o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (Dardot, Laval, 2016, p. 17).

Dessa forma, essa racionalidade neoliberal, além de regular as políticas econômicas, atua também na maneira de pensar e de agir dos indivíduos. Esse fato faz com que o sistema neoliberal seja compreendido como um conjunto de práticas, que tem como um de seus objetivos, moldar os indivíduos à lógica do capital.

> Não obstante, a governança é o fiel da balança das crises instaladas na governamentalidade neoliberal, onde a suposição de contínuo aprimoramento na eficiência, previsibilidade e calculabilidade da gestão, seguramente, tendo por parâmetro a gestão financeira. Por exemplo, a redução das experiências educativas coladas às demandas de índices de avaliações internacionais como o PISA — orquestrado pela OCDE — converge para a governança pautada por pressões da financeirização especulativa. Conforme as respostas esperadas se distanciam da planificação dos índices demandados pela governança neoliberal, ataca-se a educação pública alegando a sua insuficiência. Assim, justificam-se reduções e cortes orçamentários pelos investimentos públicos de larga escala para defender a privatização da própria educação. Não menos importante, criam-se enredos ideológicos extremos alegando desvio de função formativa da escola: o movimento Escola Sem Partido, o combate às educações de gênero, o acumpliciamento do poder militar na composição de Escolas Cívico-Militares e a Base Nacional Comum Curricular [...] (Carvalho, 2023, p. 8).

Portanto, a racionalidade neoliberal estende sua atuação para além do campo econômico, atuando também, no campo da educação, que possui importante papel no processo de manutenção da hegemonia burguesa, fato esse que nos leva a afirmar que o interesse da burguesia no campo da educação, visa moldar os indivíduos aos interesses do grande capital.

Para esse estudo, elegemos como objeto, a ação dessa racionalidade neoliberal nas relações humanas. O que procuramos demonstrar no decorrer do texto é a estruturação da Base Nacional Comum Curricular, de forma a fomentar a competição entre os indivíduos, minando assim, a ideia de coletividade.

A ação da racionalidade neoliberal presente na educação pode ser identificada por meio de premissas como a ideia de formar indivíduos resilientes, flexíveis e em especial, empreendedores. Atributos esses, que tem por objetivo, moldar os indivíduos à racionalidade neoliberal, que imprime uma ideia de competição individual (onde o indivíduo precisa sempre se superar), e uma competição com o outro, que passa a ser encarado como um adversário que precisa ser eliminado do “jogo”.

2. Objetivos e Metodologia

Esse estudo trata-se de uma revisão bibliográfica a partir de discussões realizadas no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo, campus Guarulhos, que abordou os impactos do neoliberalismo na

educação, onde foi discutida a racionalidade neoliberal presente nas várias instâncias da educação, entre as quais destacamos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como objetivos, procuramos demonstrar, por meio de excertos da BNCC, e apoiados na teoria de autores como Freitas (2014), Dardot; Laval (2016), Stankevecz ; Castillo (2018), entre outros, que sua estruturação por meio de competências e habilidades, que priorizam questões como empreendedorismo, liderança, protagonismo e resiliência, atua numa lógica que coloca os educandos em um infinito processo competição promovendo assim, a desumanização das relações sociais.

3. A construção da BNCC

Durante muitos anos houve uma discussão em prol da necessidade de um currículo nacional comum no Brasil. Essa discussão aconteceu em diversos momentos, resultando em diversos textos acadêmicos e outros norteadores de ações político-institucionais e em muitos debates que envolveram a educação no país.

A intenção de criar uma base nacional comum curricular surgiu como uma ideia em potencial do movimento que ocorreu pela reformulação dos cursos de formação de professores. Esse movimento foi iniciado no final dos anos 1970 e concretizou-se durante a I Conferência Brasileira de Educação realizada em São Paulo, em 1980. Nessa ocasião foi criado o “Comitê Pró Participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura”, que depois se transformou na “Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores” (CONARCFE), em 1983, que por sua vez, originou, a atual ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), em 1990. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi sendo citada mais pela negação do que pela afirmação, nos eventos realizados pela ANFOPE (Saviani, 2016).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é fruto do processo de luta de 40 anos, entre os movimentos sociais preocupados com a melhoria da educação de um lado, e do outro lado, a lógica conservadora e mercantilista das elites. A construção do documento iniciou-se durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), com a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que regulamenta o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), (Brasil, 2014).

A primeira versão da Base ficou pronta em setembro de 2015, na gestão do ministro Renato Janine Ribeiro, em plena crise econômica e política, que acarretaria no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O processo de construção da BNCC foi acelerado pelas turbulências políticas, dando a impressão que mais parecia a chancela de um documento que estava pronto e baseado em currículos de outros países, como os Estados Unidos. Apple (2005) aponta que: “Políticas desenvolvidas nos

Estados Unidos, são exportadas e, em seguida, apropriadas por outras nações, muitas vezes com pouca compreensão" (Apple, 2005, p.17).

A segunda versão, publicada em maio de 2016, nos últimos dias do governo de Dilma Rousseff, com Aloizio Mercante, ocupante do cargo de ministro da Educação, foi aberta à participação, com sugestões e críticas. Mas neste momento, o Brasil passava por uma grave instabilidade política que gerou o golpe de estado que provocou o *impeachment* da presidenta. Após esse fato, os rumos da política brasileira sofreram "um aprofundamento da lógica mercantil que já estava presente, mas não de modo tão radical" (Cássio; Catelli, 2019, p. 112). Tal aprofundamento foi sentido no sistema educacional e em 2017, na presidência de Michel Temer, o MEC, sob a gestão de Mendonça Filho do MDB, acelerou a entrega da versão final da BNCC ao Conselho Nacional de Educação (CNE), que em 22 de dezembro de 2017, apresentou a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017, que instituiu e orientou a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Em dezembro de 2017 foi divulgada a terceira versão oficial da Base Nacional Comum Curricular, que foi homologada.

3.1. A racionalidade neoliberal e o processo de desumanização na BNCC

Como já afirmado, a construção da BNCC foi fortemente influenciada pela racionalidade neoliberal. Dentro dessa racionalidade, a BNCC impõe aos alunos, uma lógica dicotômica: a dos que vão "vencer" e daqueles que serão "os vencidos", negando ou apagando a trajetória daqueles que estão distantes da história oficial e com efeito, desumanizando, os considerados vencidos. Como exemplo dessa lógica desumanizadora, podemos destacar conceitos como responsabilidade e resiliência que aparecem no Ensino Fundamental e são reforçados no Ensino Médio.

> Proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidade e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade; e prever o suporte aos jovens para que reconheçam suas potencialidades e vocações, identifiquem perspectivas e possibilidades, construam aspirações e metas de formação e inserção profissional presentes e/ou futuras, e desenvolvam uma postura empreendedora, ética e responsável para transitar no mundo do trabalho e na sociedade em geral. (Brasil, 2018, p.266)

Como é possível observar, a BNCC prioriza nos alunos, o desenvolvimento de competências e habilidades, que atendam aos interesses do mercado, em lugar de uma formação capaz de promover o seu desenvolvimento rumo a uma sociedade pautada pela ideia do trabalho coletivo.

A própria definição de competência apresentada pela BNCC trata da mobilização de conhecimentos e habilidades que possam ser aplicados na prática, em especial, no mundo do trabalho.

> Na BNCC, competência é definida como mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho". (Brasil, 2018, p. 8).

Entretanto, numa análise mais cuidadosa, podemos perceber que a BNCC não tem por objetivo apenas a preparação para o mercado de trabalho, mas sim moldar os indivíduos aos interesses mercadológicos.

> Essas experiências, como apontado, favorecem a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o que não significa a profissionalização precoce ou precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível, criando possibilidades para viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo, de modo a ser capazes de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. (Brasil, 2018, p. 466)

Entre as competências priorizadas pela BNCC, podemos destacar a flexibilidade e a resiliência. Ao estabelecer que os alunos devem agir com "[...] autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação [...]" (Brasil, 2018, p. 10), podemos inferir que a BNCC atua para que os indivíduos sejam adaptados às exigências da hegemonia neoliberal.

Dessa forma, competências como resiliência e flexibilidade, elencadas como prioridades pela BNCC, anulam a ideia do coletivo e, ao mesmo tempo, promovem nos indivíduos, especialmente aqueles das camadas mais pobres, um processo de culpabilização, gerando um processo de adoecimento.

> Essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autoculpabilização; a patologia nesse contexto é a depressão. (Safatle; Silva Jr; Dunker, 2020, p. 48).

Como processo dessa política desumanizadora, a BNCC incute no indivíduo a ideia de que o fracasso, ou o sucesso são consequência apenas do esforço, empenho pessoal, capacidade de inovação, resiliência e flexibilidade, ou seja, a valorização da meritocracia. Dentro dessa lógica, ganha protagonismo a ideia do empreendedorismo, onde cada indivíduo precisa ser um empreendedor de si mesmo.

> O empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo o inovador schumpeteriano que muda incessantemente as condições da produção e constitui o motor do crescimento. É um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não. Ele se define unicamente por sua intervenção específica na circulação dos bens. (Dardot, Laval, 2016, p.145).

Portanto, essa racionalidade exige que o empreendedor passe a agir como uma empresa, onde o objetivo principal é obter lucro. Cabe lembrar também, que ser um empreendedor, exige que os indivíduos se adaptem a hegemonia burguesa, impedindo assim, novas formas de organização da sociedade, que possam questionar o modelo hegemônico do grande capital.

Stankevecz e Castillo (2018), apontam como a BNCC tem um caráter meritocrático, bloqueando as reduções das desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres.

> BNCC vem marcada pelo signo da meritocracia, podendo vir a ser responsável pela exclusão de sujeitos e instituições e da diversidade de pensamento sobre o currículo. Esta nova visão de currículo traz embutida uma lógica empresarial. (Stankevecz, Castillo, 2018, p.35).

Pensando por esse viés, “a escola se transforma em um local aversivo para quem tem problemas de aprendizagem ou quem não se ajusta à cultura escolar oficial, independentemente de boas intenções" (Freitas, 2014, p. 1097).

Portanto, é essa racionalidade, que na educação, atua para a manutenção da hegemonia do sistema neoliberal, correlacionando a ideia de fracasso da aprendizagem dos mais pobres com a falta de estímulos dos estudantes em “correr atrás” dos seus objetivos. Os efeitos negativos na aprendizagem dos alunos, é outro ponto interessante apontado por Freitas (2014), trata-se da responsabilidade que os políticos colocam nos “ombros” da escola para resolver problemas sociais que estão aquém do seu poder de atuação.

> Os empresários aceitam a correlação entre pobreza e baixa aprendizagem, mas defendem a tese liberal de que cabe à escola compensar as desigualdades sociais garantindo acesso ao conhecimento, leia-se, garantindo o “básico” para todos, mesmo sabendo que mais da metade das variáveis que afetam o rendimento do aluno estão fora da escola. Novamente, os reformadores não ignoram estas interações culturais, eles apenas se sentem os “novos colonizadores” que trarão a “boa cultura” às camadas populares imersas na pobreza, na qual mergulharam por demérito próprio ou falta de oportunidade. A isso chamam de “responsabilidade social das empresas”. Com isso, tiram o foco da pobreza que eles mesmos geram e colocam os holofotes, primeiramente, sobre a escola. (Freitas, 2014, p.1090).

A BNCC é o documento que legitima e aponta com normalidade, as experiências de uma de determinada classe, de uma determinada cor de pele e de um determinado sexo, sendo assim, um projeto de invalidar outras experiências de ser/estar.

> Políticas de produção de um currículo um nacional homogêneo, como no caso da BNCC, são tentativas de criar sentidos únicos e, por consequência, excluir os sentidos antagônicos aos predeterminados, expulsando para o exterior. Nos currículos homogêneos, há o entendimento do comum como único, homogêneo, uniforme, por meio do alinhamento estreito entre o direito, currículo, conhecimento, e avaliação, pelo encadeamento da observância do direito à educação como formulação de conhecimentos comuns para diferentes, estabelecendo um currículo homogêneo a ser seguido para, finalmente, ser avaliado em larga escala" (Coube, 2021, p.114)

No sentido da lógica empresarial, a BNCC propõe o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem, como afirma Freitas "[...] todos aprendem a mesma coisa em todas as partes do Brasil, numa clara homogeneização de conteúdos" (Freitas, 2018, p.113). Essa ação, desconsidera as características de cada região e trata as diferenças regionais de forma reducionista e isentando-se da responsabilidade com as diferenças existentes, registrando e trazendo no documento uma perspectiva de homogeneização de conteúdos.

Ao pensar na aprendizagem dos educandos em um país com dimensões continentais como o Brasil, que possui como marca de sua população, a desigualdade, faz-se urgente pensar em um documento orientador para a construção dos currículos educacionais que contemple as teorias pós-críticas da educação.

> O currículo é uma invenção social como qualquer outra: o Estado, a nação, a religião, o futebol… Ele é o resultado de um processo histórico. Em determinado momento, através de processos de disputa e conflito social, certas formas curriculares - e não outras - tornaram-se consolidadas como o currículo (Silva, 2010, p. 148).

Se em um documento considerado orientador para todas as redes públicas e privadas do país, existe um caráter de homogeneização dos conteúdos, as possibilidades de que as redes possuam em sua construção um currículo que considere as características de uma população tão plural e desigual como a brasileira, são mínimas.

Dessa forma, a BNCC ao padronizar o que deve ser ensinado e principalmente, como deve ser ensinado, atua para a manutenção da hegemonia neoliberal, que possui como objetivo a questão do lucro, desprezando assim, a construção de uma sociedade que caminhe em direção à superação das desigualdades. Mais do que isso, ao fomentar a competitividade nas relações humanas e desprezar a ideia do coletivo, a BNCC atua

para que a educação possa trabalhar na formação de cidadãos que sejam incapazes de pensar na construção de uma sociedade que supere a hegemonia neoliberal.

4. Conclusões

O texto apresentado teve como objetivo demonstrar que a BNCC foi construída para fomentar a racionalidade neoliberal na educação. Essa racionalidade pode ser compreendida por meio da adoção da ideia de competências e habilidades, que imprimem na formação dos educandos, um caráter mercadológico. Esse caráter pode ser identificado por meio da difusão de práticas como o empreendedorismo, que defende a necessidade de constante inovação e superação, além da Educação Financeira, que visa ensinar o aluno, a administrar o pouco dinheiro que as classes trabalhadoras possuem. Em busca dessa tal inovação, superação e equilíbrio das finanças, os indivíduos devem adaptar-se, tornarem-se resilientes e flexíveis à hegemonia burguesa.

Por sua vez, a ênfase em competências como resiliência e flexibilidade, anulam processos formativos que proporcionem aos educandos, uma formação que os leve a pensar na superação da hegemonia vigente. Mais do que isso, as competências e habilidades propostas pela BNCC buscam produzir uma sociedade de indivíduos que atuem em defesa dos interesses do grande capital. Outro ponto que podemos concluir a partir da ideia de competências e habilidades estabelecidas pela BNCC, é que essa formação busca fomentar a competição entre os indivíduos, minimizando a ideia do trabalho coletivo. Esse apagamento do coletivo impede a organização da sociedade em busca de uma superação da hegemonia do capital.

Por fim, concluímos que a ideia de formação proposta pela BNCC, imprime na subjetividade dos indivíduos, por meio da racionalidade neoliberal, o sentimento de culpa ou fracasso por sua trajetória escolar. Dessa forma, a desumanização é promovida por meio do incentivo de relações sociais baseadas em competição e superação dos “inimigos”, à medida em que o objetivo de uma sociedade não é a cooperação e sim, a eliminação dos demais competidores que são transformados em seres que devem ser eliminados.

5. Principais referências

APPLE, Michael Whitman. **Para além da lógica do mercado**: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Trad. Gilka Leite Garcia e Luciana Axhe. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 9 jun. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22017.pdf?query=curriculo. Acesso em 9 jun. 2024

CARVALHO, Alexandre Filordi. Foucault e o neoliberalismo de subjetividades precárias: incidências na escola pública brasileira. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v.6, n.3, 2020. p.935-956. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/54579. Acesso em: 15 jun. 2024.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Neoliberalismo e governamentalidade de crises no pós-fascismo: que pode a educação? **Praxis & Saber**, v. 1, n. 38, 2023. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/prasa/v14n38/2216-0159-prasa-14-38-71.pdf. Acesso em: 10 jun.2024.

CÁSSIO, Fernando; CATELLI Jr. , Roberto. **Educação é a Base?** 24 educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, 2019. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2023/10/EDUCACAO-E-A-BASE_WEB-1.pdf. Acesso em— 10 jun. 2024.

COUBE, André Luiz da Silva. **A Base Nacional Comum Curricular e a busca da padronização das subjetividades.** Curitiba: Editora CRV, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Trad. Mariana Echalar. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Dia D da BNCC:** 12 razões para não ser coadjuvante. Blog do Freitas, 05 de mar. 2018. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.com/2018/03/05/dia-d-da-bncc-12-razoes-para-nao-ser-coadjuvante/. Acesso em: 05 jul. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os Reformadores Empresariais da Educação. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 35, n. 129, out./dez. 2014. p. 1085-1114.

SAFATLE, Vladimir; SILVA Jr., Nelson da; DUNKER, Christian, org. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento Revista de Educação**. Rio de Janeiro, n. 4. 2016. p.54-84. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329113714_EDUCACAO_ESCOLAR_CURRICULO_E_SOCIEDADE_o_problema_da_Base_Nacional_Comum_Curricular. Acesso em: 9 jun. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: Uma Introdução às Teorias de Currículo. 3° Edição. Editora Autêntica. 2010.

STANKEVECZ, Pricila Fátima; CASTILLO, Noela Invernizzi. A construção da Base Nacional Comum Curricular na mídia: que atores e posições foram veiculados pelo jornal Folha de São Paulo? **Horizontes**. Itatiba/SP, v. 36, n.1, jan./abr., 2018. p. 31-48. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/577. Acesso em: 10 jun. 2024.